



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova a atualização da Comissão Estadual de Banco de Leite Humano do Estado de Minas Gerais (CEBLH-MG).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria GM/MS nº 2.193, de 14 de setembro de 2006, que define a estrutura e a atuação dos Bancos de Leite Humano (BLH);
- que o incentivo ao Aleitamento Materno é uma ação estratégica adotada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, e Ministério da Saúde – MS, na promoção da alimentação adequada e saudável, redução da mortalidade infantil e melhoria na qualidade de vida da criança;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a importância de implementação das ações desenvolvidas nos Bancos de Leite Humano para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na rede de saúde, para a prevenção da morbimortalidade infantil;
- a necessidade de organizar as ações desenvolvidas pela Rede de Banco de Leite Humano do estado de Minas Gerais para otimização destes dispositivos e das ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e distribuição do leite humano com qualidade certificada; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 311ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de setembro de 2024.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a atualização da Comissão Estadual de Banco de Leite Humano do Estado de Minas Gerais (CEBLH-MG), nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova a atualização da Comissão Estadual de Banco de Leite Humano do Estado de Minas Gerais (CEBLH-MG).

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº _____, de 18 de setembro de 2024, que aprova a atualização da Comissão Estadual de Banco de Leite Humano do Estado de Minas Gerais (CEBLH-MG).

RESOLVE:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 1º - Aprovar a atualização da Comissão Estadual de Banco de Leite Humano do Estado de Minas Gerais (CEBLH-MG), adequando-a à realidade da Rede de Banco de Leite Humano do Estado do Minas Gerais.

Parágrafo Único - O objetivo da Comissão é normatizar, monitorar e subsidiar as políticas e programas de promoção, proteção, apoio ao aleitamento materno e distribuição do leite humano com qualidade certificada no estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A CEBLH-MG será composta por representantes das seguintes instituições:

- I - Referência Estadual de Banco de Leite Humano de Minas Gerais;
- II - Coordenação de Ciclos de Vida - área técnica do aleitamento materno da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais;
- III - Coordenação de Segurança do Paciente e Controle de Infecções - área técnica da Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais;
- IV- Representante de Aleitamento Materno da Secretaria Municipal de Saúde da Capital;
- V - Representante do Comitê Estadual de Aleitamento Materno;
- VI - Representante do Comitê de Aleitamento da Sociedade Mineira de Pediatria;
- VII - Representantes dos Bancos de Leite Humano implantados no estado:
 - a) Banco de Leite Humano da Santa Casa de Misericórdia de Passos;
 - b) Banco de Leite Humano de Juiz de Fora;
 - c) Banco de Leite Humano de Varginha;
 - d) Banco de Leite Humano do Hospital Aroldo Tourinho – Montes Claros;
 - e) Banco de Leite Humano do Hospital das Clínicas da UFMG - Belo Horizonte;
 - f) Banco de Leite Humano de Uberlândia;
 - g) Banco de Leite Humano do Hospital Municipal Senhora Santana - Brasília de Minas;
 - h) Banco de Leite Humano do Hospital Santa Isabel - Ubá;
 - i) Banco de Leite Humano do Hospital São Sebastião - Viçosa;
 - j) Banco de Leite Humano do Hospital Sofia Feldman - Belo Horizonte;
 - h) Banco de Leite Humano Maria Augusta Resende Barbosa – Betim.

Art. 3º - Os representantes (titulares ou suplentes) dos Bancos de Leite Humano credenciados na Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH), irão compor a CEBLH no



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Estado de Minas Gerias, seguindo o que consta o Artigo 2º desta Resolução, devendo ser designados pelos diretores dos estabelecimentos de saúde, onde estão lotados.

Parágrafo Único - Os representantes dos Bancos de Leite Humano serão designados como titulares ou suplentes, podendo ambos participarem das reuniões, porém somente um terá direito ao voto.

Art. 4º - A CEBLH-MG será coordenada pela Coordenação de Ciclos de Vida - área técnica do aleitamento materno da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, sob demanda da referência estadual de Banco de Leite Humano do estado.

Art. 5º - A participação na CEBLH-MG não será remunerada e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 6º - A CEBLH-MG poderá convidar representantes de universidades públicas e privadas, órgãos e entidades públicas e entidades não governamentais, bem como especialistas em assuntos ligados a temática, cuja presença seja considerada relevante para o tema a ser abordado na reunião.

Art. 7º - São atribuições da CEBLH-MG:

I - dar apoio técnico e científico para implantação de novos bancos de leite humano;

II - manter atualizado o diagnóstico da situação dos bancos de leite e postos de coleta do estado quanto à equipamentos, recursos humanos;

III - apoiar o planejamento e executar capacitações de recursos humanos para banco de leite quanto ao manejo do aleitamento materno;

IV - apoiar a referência estadual no assessoramento a outras instituições, na montagem de bancos de leite realizando assessorias técnicas através de visitas, sempre que demandado;

V - participar de estudos científicos e pesquisas em banco de leite humano em parcerias intersetoriais e interinstitucionais;

VI - participar de ações em parcerias com o estado e sociedade civil quanto a autossuficiência de leite humano pasteurizado a ser distribuído para as UTI neonatais;

VII - apoiar as ações para ampliação para captação de doadoras;

VIII - apoiar em campanhas de mídias sociais;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

IX - acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Qualidade de Banco de Leite Humano.

Art. 8º - Revogar a Resolução SES/MG nº 966, de 15 de fevereiro de 2000.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB